

DIÁLOGOS

MULHERES E PODER

Purificação Araújo, Maria Belo e Margarida Salema¹

As intervenientes no diálogo promovido na FCSH-UNL, na tarde de 12 de Janeiro de 2012, a fim de integrar a rubrica de título homónimo na revista *Faces de Eva* são profissionais de renome cujos percursos testemunham terem sido chamadas a exercer o poder, em cargos de representatividade, que conquistaram por mérito. O tema proposto, «Mulheres e Poder», serve de moldura para os trechos do diálogo estabelecido.

Purificação Araújo² – Eu creio que há muitas características hoje em dia atribuídas à mulher e ao homem que, não estando intrinsecamente nos genes, não sendo biológicas, são adquiridas em sociedade; sendo impostas, em maior ou menor grau, são determinantes. E o que acontece é que até há pouco tempo, podemos recuar até ao século XVIII-XIX, havia uma sociedade patriarcal muito bem definida, sendo inequívoco quem é que mandava, e só no século XX, com o evoluir das democracias é que de facto a todos os cidadãos é permitido o acesso ao poder, tentando anular aquilo que se quer catalogar - o género ligado ao sexo - e tendo em consideração que essas características que as mulheres e os homens mostram, são em grande parte fruto de todo um quadro social em que se desenvolvem, e que traduzem, espelham. Por conseguinte, dizer que a mulher não tem ânsia ou não está dirigida para o poder, não é o mais correcto; talvez a maioria não esteja predisposta, não veja possibilidades, aceite por resignação e, por isso, nem sequer chegue a lutar, o que acontece com homens e mulheres; mas cada vez se vai manifestando mais que o poder pode pertencer às

¹ As autoras agradecem à Doutora Isabel Lousada a transcrição do diálogo a partir do respectivo registo fonográfico

² Purificação Araújo é licenciada em medicina, tendo seguido a carreira hospitalar pública, no âmbito da ginecologia e obstetrícia. Foi pioneira na assistência às puérperas e nascituros, tendo estado envolvida nos programas para a introdução da pílula, advogando não só o parto profiláctico como a assistência pré-natal e o acompanhamento parental durante a gestação e o parto. Dirigiu as Consultas de Planeamento Familiar e Saúde Sexual e Reprodutiva em Portugal, uma das causas em que militou foi a da IVG e enquanto directora-geral, promoveu cursos para médicos e pessoal de saúde de todo o país. É uma das 5 mulheres cujo perfil é traçado no programa da RTP “Conversas no Cabelheiro” dirigido por Margarida Gil. Politicamente ligada ao PCP fez parte do Movimento para a Paz.

mulheres, as mulheres também querem o poder, simplesmente continuam como estão porque ainda se vêem muitas barreiras sociais. O que as mulheres têm é uma dificuldade muito grande em ultrapassá-las, pois estão ainda muito afastadas do poder.

Maria Belo³ – E daí decorre uma dificuldade muito grande que afasta as mulheres do poder. Por duas ordens de razões; por um lado obviamente não se vão multiplicar os lugares de poder, logo, para que entre uma mulher, tem de sair um homem. Podemos dizer que existe uma defesa natural “da espécie” procurando manter os seus lugares, mas também, por outra razão; os homens têm tido sempre posições de poder, fabricaram o poder à sua maneira, apesar de, como explicou bem, não se tratar de características biológicas e, por outro lado, as mulheres não têm traquejo no poder pelo que têm também mais dificuldade, não têm experiência que lhes permita, não só serem cooptadas, mas imporem-se, porque isso é que eu acho que é mais difícil; cooptadas nunca vão ser, mas devem impor-se, porque os homens não são só cooptados uns pelos outros, eles impõem-se; cada um faz a sua luta para conseguir lá chegar. As mulheres também têm de a fazer, mas a minha opinião é a de que nós temos menos traquejo pelas condições sociais existentes. Neste século noto haver menos solidariedade entre as mulheres.

Margarida Salema⁴ – A esse propósito mencionaria dois aspectos. O primeiro é a aludida falta de solidariedade feminina, que eu reconheço, que é manifesta, e reporto-me à sociedade portuguesa. Há uma excepção interessante a este respeito, em matéria de poder e que suscitou uma onda de solidariedade, também feminina, ao contrário do que

³ Maria Belo é licenciada em psicologia pela Universidade Católica de Lovaina, tendo defendido tese de doutoramento na área da Cultura Portuguesa e Psicanálise, na FCSH, onde leccionou, dela tendo resultado o livro, com o título *Filhos da Mãe*. É psicanalista e co-fundadora do Centro Português de Psicanálise. Foi Deputada ao Parlamento Europeu pelo PS. Co-fundou várias ONG's pelos direitos das mulheres e a ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos. Tem diversas publicações editadas de onde se destaca *O Estado Novo e as Mulheres* com Ana Alão e Iolanda Cabral e o livro *Un Hero des femmes portugaises*, publicado em Montréal, 1987. Funda a 1.ª Loja Portuguesa de Maçonaria Feminina - «Unidade e Mãe», em 1983, da qual foi Grã-Mestre.

⁴ Margarida Salema é licenciada, mestre e doutorada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Advogada e Professora universitária. Eleita presidente da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, em sessão plenária do Tribunal Constitucional, em 2009, cargo que ainda ocupa. Foi Deputada à Assembleia da República de 1980 a 1985 e Deputada ao Parlamento Europeu, pelo PSD, entre 1989 e 1994. Com Maria Belo protagonizou uma das páginas mais emblemáticas da história do feminismo em Portugal – o «Parlamento Paritário». A iniciativa teve lugar em 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1994 na AR com o objectivo de trazer para a agenda dos *media* a problemática da desigualdade de género no campo político.

era previsível, que foi o caso da eleição da Assunção Esteves para Presidente da Assembleia da República. Foi a minha percepção, não tendo ela sequer, que eu saiba, tido a iniciativa de se candidatar. Mas houve uma onda de manifestações de regozijo por essa eleição, a começar no seio do próprio Parlamento, por deputadas da oposição. Eu diria que este é um exemplo interessante. Embora reconheça a falta de solidariedade feminina, há exceções, como este exemplo na Assembleia da República ilustra.

Passando ao segundo aspecto, e na esteira daquilo que foi dito pela Purificação e pela Maria, iria relevar o que sucedeu em Portugal nos últimos 30 anos, dos anos 80 para a actualidade. A minha impressão é a de que o poder político em Portugal é hoje mais feminino e mais jovem. Agora a pergunta que se coloca é: será que a lei da paridade adoptada em 2006 e que obrigou os partidos políticos a integrarem nas suas listas eleitorais um determinado número de mulheres, contribuiu ou não para esse aumento de mulheres no Governo, na Assembleia da República e nas Assembleias Regionais? Onde nós encontramos mulheres e jovens, até mulheres muito jovens. Em relação aos órgãos das autarquias locais, outra instância do poder que não podemos esquecer, porque tem relevância em Portugal, ou seja, o poder local nas assembleias de freguesia, juntas de freguesia, assembleias e câmaras municipais, verificou-se que nas últimas eleições autárquicas, em 2009, registaram-se infracções à lei da paridade, ao contrário do que sucedeu na eleição para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República nesse mesmo ano. Hoje, as infracções à paridade têm uma sanção financeira, que é o corte na subvenção pública, produzindo algum efeito, julgo eu, dissuasor e, sobretudo, capaz de obrigar os partidos, nas próximas autárquicas, em 2013, ao respeito pleno da lei da paridade. Obviamente, como a Maria sabe, a minha opinião nem sempre foi muito favorável ao sistema das quotas, que me parece redutor e anti-mérito. Entendemos que as mulheres quando chegam a um determinado estágio da sua carreira profissional, ou a um certo patamar, para aceder ao poder, querem tê-lo por mérito, não querem tê-lo pelo facto de ser mulher. Parece ter sido o que se passou recentemente na eleição para órgãos dirigentes de empresas públicas, em que, aparece uma mulher destacada num conjunto de homens, e se pergunta, se ela está ali para decorar o órgão? Acreditamos e pretendemos que não seja assim.

Queria ainda referir o problema dos tribunais em que a presença das mulheres, tal como na representação portuguesa externa, sofreu um aumento extraordinário. É preciso lembrar às jovens de hoje, porque provavelmente não têm essa recordação, como um

dado da recente história portuguesa, que efectivamente até 1974, as mulheres não podiam aceder nem à magistratura nem à carreira diplomática.

Maria Belo – Em França, geralmente um país considerado mais avançado em relação a Portugal, vi com estupefacção, há uns dias, que só em 75 é que todas as escolas públicas foram obrigadas a ser mistas. Só em 1975.

Margarida Salema – Para concluir, esta evolução, nos últimos 30 anos é positiva. Considero-a muito positiva, mas pode ter efeitos contraproducentes, sabemos isso e temos que ter em consideração esse facto respeitante às outras dimensões humanas da mulher. Não podemos subestimar a dimensão humana da mulher, por exemplo, na maternidade, o que colocamos mais insistentemente quando falamos do problema da conciliação de tarefas.

Pensando agora no conteúdo do exercício da função política, a minha ideia é a de que as mulheres tendem a exercer cargos e funções de pendor mais tecnocrático e social; regra geral as mulheres têm propensão para as tarefas que exigem mais ligação à realidade, de natureza repetitiva, do que funções de natureza genérica, exigindo uma maior abstracção e um maior distanciamento dos problemas concretos das pessoas; como acontece, por exemplo, na divisão de tarefas das deputadas; a esse nível verifiquei existir uma maior tendência para as parlamentares integrarem comissões relacionadas com a educação, os assuntos sociais, a segurança social, do que as comissões relacionadas com os negócios estrangeiros, os assuntos institucionais, a administração interna, ou outros cargos que implicam uma percepção eminentemente política dos problemas dos portugueses.

Estamos a viver uma crise, não podemos deixar de mencionar isso neste diálogo, e mesmo sendo uma crise económica e financeira, não deixa de contaminar a política; nesse sentido, coloco um desafio para reflexão, se os homens, por força dessa crise forem levados a sair da política, para dar lugar às mulheres (porque a política e as eleições se tornaram demasiado difíceis, na medida em que ganhar a eleição é progressivamente mais complicado tendo em conta um maior distanciamento com os eleitores) pergunto, tornando-se a política verdadeiramente difícil, não será ela mais atractiva para as mulheres - que têm um sentido prático da vida e têm uma forma de pensar diferente, com uma atitude mais pró-ativa, de defesa dos interesses dos cidadãos? Isto é verdadeiramente um desafio. Julgo que ainda não chegámos a esse ponto, no

entanto, olhando para outros países é possível que lá cheguemos mais depressa do que pensamos.

Maria Belo – Não me parece que os homens desistam assim tão facilmente, mas há uma coisa que me parece evidente em Portugal, ao contrário do que acontece em todos os outros países europeus: aqui os homens fazem carreiras políticas muito mais curtas, saltam directamente para os negócios, já nos outros países, isso não acontece, os políticos mantêm a sua carreira política. Em Portugal, a política é como que uma plataforma para o poder económico, mas também para aquisição de estatuto, um estatuto económico, mais até do que de poder, e isso é que pode, eventualmente, dar o lugar às mulheres, que não têm esse tipo de visão, ou seja, uma visão instrumental da política.

Purificação Araújo – Gostaria de me referir também ao tema da maternidade. Penso que a maternidade não ficará prejudicada, se os dois, homem e mulher continuarem a caminhar no mesmo caminho de partilha e não de um querer voltar as costas ao outro, isto é, amputar ao outro essa possibilidade. Assim, a maternidade pode ser virada para uma paternidade e maternidade conjunta, responsável em relação às crianças, porque é o tipo de sociedade que até agora determinou que seria a mulher a dar todos os cuidados à criança, mesmo antes da amamentação. Creio que desses cuidados, resta apenas um, o intra-uterino e este aliás ligado à contracepção; são de facto direitos, poderes que a mulher adquiriu, esse é hoje o grande poder das mulheres. O homem agora só tem descendência quando a mulher quiser.

Maria Belo – Estou perfeitamente de acordo consigo nesse aspecto. É a grande revolução, é a revolução do século XXI, porque a do século XX foi a entrada das mulheres no mercado livre do trabalho, graças à contracepção. Mas discordo que não haja um período de vinculação precoce unicamente assegurado pela mãe, tal como na gravidez. A criança desde que nasce, até aos 18 meses-2 anos, precisa de um tipo de “maternagem” que não é sinónimo de “parentalidade”; não se trata só de dar o biberão, de mudar as fraldas, trata-se da relação que se estabelece. Vou dar um exemplo muito concreto. Nasce uma criança e apresentam-na à mãe, e a mãe diz - “Olá minha linda”, começa logo a pô-la no lugar de um outro, um outro especial, a quem se dirige. Um mês depois, a mãe chega a casa e diz ao filho - “Ai o meu bebé, olha hoje tive uma chatice no meu trabalho, etc.”; o bebé de um mês, não percebe nada, mas esta linguagem, que

só a mãe tem, num tom voz específico (o chamado “maternês” e que já foi estudado) é uma forma de relação própria das mães, é a identificação daquela pessoa e isso estrutura cognitivamente e afectivamente a criança.

Margarida Salema – Eu não interferiria com estas perspectivas da psicologia e da medicina, longe de mim; tenho as minhas próprias percepções, enfim, talvez um bocadinho mais frias, mas não vou agora falar sobre elas.

O que gostaria de referir a propósito é o seguinte: penso que a mulher hoje tem mais tempo e espaço para a realização profissional e pessoal, porque há uma coisa que se ultrapassou, que é a desigualdade no acesso à educação, em termos de género e esses arquétipos do passado hoje já não são aceites, não quer dizer que não se pratiquem aqui ou acolá, mas não são aceites. Há uma “igualitarização” das condições de vida dos jovens de hoje, que não aceitam dominações nem subjugações. Mas também assistimos hoje, já falámos disso, a uma luta individual pela carreira, portanto a uma competição diferente da que vingava, no século XX. Isso leva ao tal adiamento da maternidade, adiamento sistemático e progressivo. Há também um excesso de confiança em novas técnicas que permitem adiar a maternidade. E este adiamento, na minha opinião, também infantilizou a sociedade portuguesa; muitos acham que ter 35 e 40 anos é sinónimo de juventude, que eu acho uma coisa surrealista (lembro o título do livro da Simone de Beauvoir, *La force de l'âge*) e conseqüentemente encontro pessoas de 45 anos que acham que são jovens. Do ponto de vista pessoal, acho óptimo, mas não sei se do ponto de vista social, e sobretudo no plano da carreira e do poder e das relações na sociedade, é naturalmente, muito saudável. Porquê? Verificamos nos tempos modernos a deslocação para o mundo social de problemas novos que confundem muito os projectos de vida das mulheres. O problema do casamento dos homossexuais é importante, como com certeza os direitos destes e doutros, como os dos transexuais (todas as minorias), só que não corresponde à preocupação partilhada pela maior parte da sociedade. Não são problemas que devam ser ignorados, mas não são os problemas principais. Ora, todas as aquisições da mulher, todo o adquirido feminino na sociedade portuguesa que eu tenho para mim como irreversível e não aceitaria retrocesso, leva a colocar o problema de saber se, conseguimos nós, nesta fase, defender os direitos humanos das mulheres na contemporaneidade?

Maria Belo – Em ligação com a minha prática clínica eu sinto uma questão, em Portugal, que não existe tanto nos outros países e que é a tradição antiga dos homens partirem e das mulheres ficarem na terra, e as mulheres tomarem conta de tudo, na família e na comunidade. Ora eu recebo mulheres profissionais que têm que fazer um trabalho psicológico grande para conseguirem abrir mão de não controlar tudo em casa, que têm profissões e carreiras muito difíceis mas não querem aceitar nada em casa que elas não controlem; têm dificuldade em deixar esse pouco poder. Eu tenho visto elas fazerem um duplo caminho, que é por um lado, a certa altura, terem menos *stress* com a carreira, ou seja, dizerem, vou continuar sem essa coisa de satisfazer tudo quanto o chefe quer e por outro lado, de abrir um pouco mão em casa e não estar a controlar tudo. Tradicionalmente as mulheres portuguesas tinham uma vida insuportável, sem nenhum prazer, de tal maneira o dever era marcante.

Purificação Araújo – Eu penso que vai haver uma certa tendência para culpabilizar as mulheres na medida em que elas vão tendo o seu papel mais interveniente na sociedade.

Mas voltando à maternidade e à idade da mulher. Gostaria de chamar a atenção para o papel fundamental que a contraceção/Planeamento Familiar tiveram na redução dos partos em grupos etários de maior risco: jovens de 15-19 anos e mulheres com mais de 40 anos.

Por exemplo, em 1980 houve, no grupo etário 15-19 anos, 17907 partos e em 1994, 8494; no grupo etário de 40-49 anos, em 1980 houve 5293 partos e em 1994, 1888.

A contraceção permitiu também uma redução do aborto, que era a primeira causa de morte materna.

Hoje em dia os riscos que advinham da gravidez nas mulheres com mais idade são de facto compensados com uma melhor tecnologia, permitindo o acompanhamento e a monitorização da gestação e além disso, claro, um diagnóstico pré-natal.

Margarida Salema – Não me referia às condições de saúde que melhoraram substantivamente, mas estava a referir-me aos reflexos sociais. É anacrónico, uma mãe ou pai ter 50 anos e ir a uma reunião de pais na escola, em que todos os pais têm 30 anos.

Maria Belo - E não é só o ir a uma reunião de pais é também o facto de que se temos 35 anos, digamos, e temos filhos com 5, 6 e 7 anos e depois adolescentes, quando temos 40 anos, nós temos uma projecção de futuro para eles, estamos com eles no futuro; mas já se temos 50 ou 55 com filhos de 15, estamos de certa forma a pensar na nossa velhice e não a ajudá-los, a estar com eles naquilo que é o plano de futuro, o crescer, o fazer-se para o futuro. Mas as projecções que fazemos e a forma como vivemos essa realidade muda drasticamente e as crianças notam isso também. A nossa percepção do futuro dos miúdos e do nosso futuro, não pode ser tão dilatada.

Margarida Salema - É exactamente isso! Há pessoas com 40 anos que estão a projectar a sua vida simultaneamente como mães e como reformadas, o que acho um paradoxo ...

Maria Belo – Eu penso que a sociedade, à medida que as mulheres subirem no poder político e no poder económico, vai arranjar estratégias, nomeadamente para que os tempos sejam organizados de outra maneira. Por exemplo, em França, as crianças têm imensas férias, têm cerca de 4 meses, repartidos durante o ano. E esse, de facto, é um problema, é uma preocupação para as mães. Penso que as empresas, pouco a pouco começam a ter consciência de que as crianças precisam da família, de que essa questão não é exclusiva da mulher, mas da sociedade. É dos homens e das mulheres que as têm.

Margarida Salema – Os pais têm um papel nuclear. A revisão constitucional de 1982 acrescentou a paternidade no mesmo artigo que se referia, na versão originária da Constituição de 1976, à maternidade como valor social eminente. Houve deputados na época que se insurgiram contra esta alteração que acabou por ser aprovada.

Maria Belo – Eu sobre isto queria, ainda mesmo antes de terminarmos o nosso diálogo, lembrar que, em Portugal, não houve propriamente uma tradição de ser pai. É justamente por isso que o meu livro se chama “Os Filhos da Mãe”. Mas hoje em dia já há. Os jovens já são pais de outra maneira; ainda assim, e pelo facto de se reconhecer a função social da maternidade e da paternidade não significa, de modo nenhum, que ambos tenham de fazer exactamente a mesma coisa. E aí residirá no futuro, em meu entender, a mais-valia desse reconhecimento.

O tema em cima da mesa «Mulheres e Poder» reuniu 3 mulheres à conversa, cujo diálogo deu vida a outras histórias, resultando numa experiência enriquecedora.

Desejamos que possa traduzir-se no empoderamento de todas, pela partilha que dele fazemos.